



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1405>



O papel do intelectual público diante de seu tempo e suas contribuições para a História Pública e a História do Tempo Presente: uma entrevista com Francisco Bosco

Ana Carolina Machado*

ORCID iD 0000-0002-2125-3387

Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, Brasil

Resumo: A entrevista que segue, realizada com Francisco de Castro Mucci, mais conhecido como Francisco Bosco, tem como objetivo abordar o papel do intelectual público diante de seu tempo, buscando contribuir com os debates realizados em torno da História Pública e da História do Tempo Presente. Parte-se do pressuposto de que o diálogo com intelectuais que têm atuado no espaço público a partir de sua *expertise*, como é o caso de Francisco Bosco, e que tem mobilizado leituras necessárias sobre o presente a partir de uma linguagem didática e inscrita nas mídias, pode contribuir para formas cada vez mais efetivas da prática da História Pública no Brasil.

Palavras-Chave: História Pública. História do Tempo Presente. Intelectual Público.

The Role of the Public Intellectual in Their Time and Their Contributions to Public History and History of the Present Time: An Interview with Francisco Bosco

Abstract: The following interview, conducted with Francisco de Castro Mucci, better known as Francisco Bosco, aims to address the role of the public intellectual in their time, seeking to contribute to the debates surrounding Public History and History of the Present Time. It is based on the assumption that dialogue with intellectuals who have been active in the public sphere through their expertise, as is the case with Francisco Bosco, and who have generated necessary readings of the present through a didactic language embedded in the media, can contribute to increasingly effective forms of Brazilian Public History practice.

Keywords: Public History. History of the Present Time. Public Intellectual.

* Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), com orientação do Professor. Dr. Ricardo Santhiago Corrêa. E-mail: anacarolinamachado.historia@gmail.com.

Francisco de Castro Mucci, conhecido como Francisco Bosco, é um intelectual público brasileiro. Graduado em Jornalismo, com mestrado e doutorado em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua formação nas humanidades é bastante interdisciplinar e também parte, em grande medida, da Psicanálise. Filho do cantor e compositor João Bosco, importante nome da MPB, e da artista plástica Angela Bosco, desempenha diferentes atividades no campo artístico e intelectual brasileiro. Filósofo, ensaísta, letrista, escritor, compositor musical e colunista de relevantes periódicos como a revista *Cult*, a *Folha de São Paulo* e o jornal *O Globo*, Francisco Bosco atua em diversas frentes, tendo sido coordenador da Rádio Batuta, do Instituto Moreira Salles (IMS) e presidente da Fundação Nacional das Artes (Funarte), na qual desempenhou importante papel no processo de elaboração de políticas públicas para o campo das artes no Brasil, entre os anos de 2015 e 2016. Desde 2018, tem atuado também na televisão, debatendo questões de ordem cotidiana que se inserem no universo das relações sociais e da cultura, mas também abordando temáticas políticas importantes do tempo presente, sendo um dos apresentadores do programa *Papo de Segunda*, do canal *GNT*. Ademais, tem sido convidado para entrevistas e palestras, nas quais tem discutido de forma precisa e didática sem abandonar, contudo, o embasamento teórico e científico, temas deveras complexos como, por exemplo, o bolsonarismo, a crise democrática e a polarização política no Brasil.

Por conta disso, Francisco Bosco tem se colocado como um mediador entre a discussão propriamente acadêmica e científica e o público mais amplo, inserindo os debates teóricos em uma linguagem midiática e televisiva, ao abordar temas que atravessam a sociedade brasileira. O intelectual tem atuado, portanto, como um formador de opinião pública ao produzir inteligibilidade sobre o presente vivido, ao lado de outros relevantes intelectuais brasileiros que atuam dentro e fora das universidades tais como Lilia Schwarcz, Catarina Rochamonte e Guilherme Casarões, para citar apenas alguns. Meu interesse em entrevistá-lo se deu não apenas por acompanhar semanalmente o *podcast* do *Papo de Segunda*¹ e as postagens de seu perfil no Instagram,² mas também após a leitura de *O diálogo possível: por uma reconstrução do debate público brasileiro*, seu último livro, publicado no primeiro semestre de 2022, pela editora Todavia. A entrevista que segue tem como objetivo abordar o papel do intelectual público diante de seu tempo, buscando contribuir com os debates realizados em torno da História Pública e da História do Tempo Presente.

Nos últimos anos, a História Pública, entendida enquanto um movimento teórico e prático, tem se colocado na “crista da onda” da disciplina histórica. Ela se insere, antes de mais nada, em um movimento maior, uma espécie de autocrítica que tem sido mobilizada de diferentes formas na historiografia brasileira contemporânea, acerca dos aspectos disciplinares e disciplinantes da História, que se mostram cada vez mais

¹ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6JdH6H6lZGV0lP2uTVjdfw?si=2d7bd7fa87b141f4>. Acesso em: 24 abr. 2023.

² Disponível em: <https://www.instagram.com/chico.bosco/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

inoperantes e limitados diante das demandas do presente. Atentos a essas demandas, os profissionais da História têm voltado seus olhos para a “a urgente necessidade da história, enquanto disciplina acadêmica, repensar seus fundamentos epistemológicos, suas formas de organização curricular e as modalidades de sua intervenção na sociedade” (Ávila; Nicolazzi; Turin, 2020, p. 7). Nessa esteira, sobre a rubrica História (in)Disciplinada, alguns historiadores têm oferecido ferramentas para repensar suas próprias práticas, “sejam elas aquelas voltadas para o mundo acadêmico disciplinado, seja para o ambiente das discussões políticas sobre as formas de pensar teoricamente, de ensinar e de difundir o conhecimento histórico no Brasil contemporâneo” (Ávila; Nicolazzi; Turin, 2020, p. 17). É nesse movimento historiográfico maior, ao lado de iniciativas tais como essa da proposta de pensar uma História (in)Disciplinada, que a História Pública tem sido mobilizada dentro e fora da academia, como uma forma de praticar a História com, para, pelo e através dos públicos (Santhiago, 2018).

Se algumas mentes mais tradicionais por vezes criticam esse giro público da História, acusando a História Pública de “modismo”, o fazem comumente sem entender, de fato, qual tem sido a sua proposta e como ela tem sido pensada e exercitada no Brasil, sob o argumento de que a História Pública estaria promovendo uma certa “vulgarização” do conhecimento histórico. Isso não passa, contudo, de um entendimento demasiadamente equivocado, na medida em que a História Pública está longe de abandonar o rigor científico, a partir do qual trabalho nenhum em História pode ser executado. Por isso, é imprescindível que hoje os historiadores/as em formação estejam em diálogo com essa proposta, na medida em que ela implica de forma direta no futuro da disciplina. É certo, desse modo, que as novas gerações de historiadores não escaparão a esse debate que, longe de estar concretizado, permanece em constante experimentação.

Preocupada com as dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da divulgação científica da História, a História Pública se debruça sobre a necessidade de repensar os parâmetros da disciplina tanto em termos historiográficos, isto é, em repensar as formas de escrita da História, uma vez que os historiadores enfrentam cada vez mais “o desafio de adaptar sua formação em construção de narrativas em linguagens e suportes não usuais” (Santhiago; Borges; Rodrigues, 2019, p. 13), mas também na reflexão sobre a sua presença para além dos meios estritamente acadêmicos e sobre a função da História junto à sociedade. Sobre isso, conforme sinalizam Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Borges na introdução de *Que história pública queremos?* (2018), uma espécie de livro manifesto sobre a História Pública que tem sido debatida e praticada no Brasil, “pensar a dimensão pública do conhecimento histórico incita historiadores e historiadoras a refletirem acerca de seu próprio tempo, sobre a prática historiadora e as implicações do seu *métier* no mundo social” (Mauad; Santhiago; Borges, 2018, p. 15). Esse movimento tem sido norteado por algumas questões centrais, entre as quais a necessidade de refletir sobre:

Como se comporta o historiador ao ver-se na condição de pesquisador e testemunha dos acontecimentos? Que papel desempenha quando se vê obrigado a somar, à atividade usual do debate entre os pares, o diálogo direto com as questões e os sujeitos do seu tempo? Que riscos corre ao se posicionar no e sobre o tempo vivido? Esse risco é tão somente individual, proporcional à investida de um certo historiador, ou atinge toda a comunidade de historiadores e a própria disciplina histórica? A decisão de falar para fora da academia é tão somente uma decisão pessoal ou é um imperativo que responde a demandas sociais em momentos de crise? É possível resguardar os critérios que balizam a atividade do historiador diante das exigências e implicações da história pública e da história do tempo presente? A própria formulação dessas muitas perguntas remete a inquietações profissionais do nosso tempo, lançadas pela comunidade de historiadoras e historiadores, pelas novas gerações de alunos e alunas, pelas diferentes mídias, cada vez mais presentes em nosso cotidiano. (Borges; Santhiago; Rodrigues, 2021, p. 14).

Esses questionamentos colocam em diálogo a História Pública e a História do Tempo Presente. Se o movimento da História Pública no Brasil tem avançado significativamente nos últimos anos, tanto em termos de reflexão teórica e metodológica como a partir de desdobramentos práticos, ainda há grandes desafios a serem enfrentados, principalmente no que diz respeito à comunicação dos historiadores com diferentes públicos e, de igual modo, os veículos e as linguagens que podem ser empregadas para esse contato. A proposta dessa entrevista busca refletir sobre esses desafios, partindo do pressuposto de que o diálogo com intelectuais que têm atuado no espaço público a partir de sua *expertise*, e que tem mobilizado leituras necessárias sobre o presente a partir de uma linguagem didática e inscrita nas mídias pode contribuir para formas cada vez mais efetivas da prática da História Pública brasileira.

Aprender com experiências como as de Francisco Bosco pode ser um caminho bastante profícuo nessa constante autorreflexão por parte dos profissionais da História acerca de sua atividade. Sobretudo no que diz respeito a uma das principais questões debatidas no interior do movimento da História Pública, que é construir formas mais democráticas do conhecimento histórico sem abandonar, contudo, o rigor científico. Que o historiador não é jornalista, cientista político e sociólogo é um debate que perpassa a História do Tempo Presente desde a sua emergência e institucionalização. Contudo, em tempos como estes, somos levados a refletir sobre a ineficácia do estabelecimento de fronteiras entre as disciplinas e os seus profissionais. Se a História pretende, de fato, tornar-se pública e publicizada, precisa aprender com seus colegas. Não aqueles que propõem apenas informações rasas e ligeiras, mas com aqueles que, como Francisco Bosco, se preocupam em tratar do presente na temporalidade, interagindo com o público e sustentando suas discussões a partir de pressupostos teóricos e não como mera especulação.

Agradeço a ele por ter aceitado prontamente o convite e ter se colocado à disposição para a realização desta entrevista quando lhe enviei mensagem no *direct* do Instagram. Realizamos a conversa via *e-mail*, em maio de 2023.

Entrevista

Ana Carolina Machado – Grande parte dos intelectuais que cursam Pós-Graduação *stricto sensu* na área das humanidades seguem carreira acadêmica, tornando-se pesquisadores e professores universitários. Você foi professor universitário, ministrando aulas e publicando artigos em revistas acadêmicas, e afirma, em entrevista concedida à revista *Continente*, que apesar de ter deixado de ser professor universitário, nunca deixou de dar aulas (Nascimento, 2022). Por que deixou o ambiente acadêmico para atuar como intelectual público em outros espaços, especialmente o midiático, munindo-se de seu repertório e instrumentalização acadêmica? E qual é, em sua opinião, o papel do intelectual público?

Francisco Bosco – Decidi não ter vínculos formais com a universidade por razões de ordem prática, por temperamento intelectual e por formação familiar. Começando pela formação, meu pai é um compositor popular, então cresci às voltas com o mundo cultural mais amplo, e não no ambiente acadêmico. Essa inscrição formou um desejo de atuar em meios amplos. Ao mesmo tempo, embora tenha sido desde sempre um leitor de textos acadêmicos, e siga sendo, no momento em que tomei a decisão de não me tornar professor universitário eu estava criando o meu registro de escrita, que então se apresentava como um ensaísmo a meio caminho do registro propriamente acadêmico (o da tese, cujo correlato temporal é a pesquisa) e dos textos mais leves que circulam na cultura (colunas de jornal, crônicas, formas breves, em suma). Nesse momento, tive alguns conflitos entre esse registro que eu desenvolvia e o registro que me era exigido como acadêmico. Desses conflitos resultaram tanto um tipo de ensaísmo que desenvolvi em diversos livros (“Banalogias”, “Alta ajuda”, “E livre seja este infortúnio”, “Orfeu de bicicleta: um pai no século XXI”), quanto uma atuação em jornais, revistas, rádio, colaborações para a televisão etc. Justamente, à medida em que me viabilizava materialmente como, digamos, intelectual público *freelancer* (o que era bastante possível durante o primeiro governo Lula, até a crise de 2015/16), fui reunindo as condições objetivas para tomar a decisão de não prestar concurso público para alguma universidade. Desde então, parafraseando um antigo ministro, “não estou professor, mas sou professor”: nunca fico muito tempo sem dar cursos, palestras, conferências, grupos de estudos, mas sem vínculo formal com qualquer instituição. E sempre me mantive próximo à produção acadêmica, como leitor e, nos livros mais recentes, também como autor: meus livros “A vítima tem sempre razão?” e, sobretudo,

“O diálogo possível” se aproximam da forma-tese, da investigação consequente e da temporalidade da pesquisa que caracterizam a produção acadêmica.

ACM – A partir de sua experiência como intelectual público, você diria que a sociedade brasileira se interessa por temas de ordem histórica, social e política? Poderíamos dizer que há uma demanda por conhecimentos dessa natureza? Se sim, quais os desafios dos intelectuais da área das humanidades em produzir e compartilhar conhecimento de qualidade com o objetivo de democratizá-lo no espaço público, sem que para isso precisem facilitá-lo, simplificá-lo e empobrecê-lo? Como você mobiliza determinados conceitos para que possam ser entendidos pelo grande público, por exemplo?

FB – Essa questão sobre a sociedade brasileira é um tanto genérica, talvez nem seja possível responder a ela com alguma precisão. O que posso dizer é que o espaço público no Brasil (e não só aqui, trata-se de uma mudança global) se transformou profundamente desde a emergência e consolidação das redes sociais digitais. Esse processo articulou acontecimentos políticos de massa (a partir dos atos de junho de 2013) a essas novas tecnologias de comunicação. Tendemos a pensar que essas tecnologias foram apenas um instrumento para as grandes movimentações políticas; na verdade, me parece o contrário: as redes digitais são *a causa* da instabilidade política. Passamos de uma democracia um pouco apática – meio satisfeita com os avanços lulopetistas, meio impotente pelos problemas estruturais nunca enfrentados – para um hiperengajamento que fez de todo cidadão brasileiro um comentarista da política e um agente social. O espaço público mudou profundamente. Ele se tornou mais democrático, como é constitutivo das redes digitais, e ao mesmo tempo enfraqueceu as instituições democráticas. Nesse contexto, me parece que o papel do intelectual público ganhou maior importância. Fui formado em um ambiente (anos 1990, 2000), em que um intelectual público era aquele que basicamente escrevia para cadernos literários de grandes jornais e era procurado pela imprensa para dar aspas. Nesta última década, no contexto de um espaço público muito mais expandido, o intelectual público ganhou um alcance proporcionalmente maior (embora esse novo espaço público em parte prescindia da figura do intelectual e em parte até o odeie – no caso do populismo de extrema-direita). E, claro, não foi só o tamanho do espaço público e sua heterogeneidade que cresceram; os interesses mudaram também. Saíram de cena os críticos literários, por exemplo, e ocuparam o proscênio os cientistas políticos, juristas e demais intelectuais relacionados à politização generalizada da sociedade.

ACM – A partir da sua própria experiência e a partir da observação das experiências de outros intelectuais que compartilham os mesmos espaços em que você transita, a intervenção dos intelectuais das humanidades no espaço público têm promovido, de fato, ou pode promover, mudanças empíricas e efetivas para uma sociedade não apenas mais informada, mas que se compreenda histórica e socialmente? Em outras palavras, você consegue apontar resultados, implicações e desdobramentos práticos de sua

intervenção no espaço público, que demonstrem como seu trabalho tem contribuído para que a sociedade se compreenda historicamente? Que tipos de interação direta há entre você e seus públicos?

FB – Intelectuais (públicos ou mais acadêmicos) têm poder limitado a curto prazo, mas podem promover transformações profundas e massivas de mentalidade a longo prazo. Infelizmente, quem melhor comprovou isso nas últimas décadas foi Olavo de Carvalho, que passou de *vox clamantis in deserto* a ideólogo-mor da direita reacionária em cerca de vinte anos. De um modo geral, entretanto, o debate público hoje não é orientado por intelectuais públicos. Os grandes movimentos de massa são orientados por estratégias de comunicação alienantes, redutoras, emotivas, quando não grotescamente falsificadoras, que circulam nos grupos de WhatsApp, Telegram, perfis de lideranças políticas ou sociais quase invariavelmente mais interessadas em se promover e a seu grupo do que em contribuir para interpretações mais precisas sobre a realidade. As perspectivas sobre a experiência social que são produzidas aí têm menos a ver com os procedimentos que deveriam orientar o funcionamento ideal do debate público (argumentos, evidências, dados empíricos) do que com afetos ligados ao campo do narcisismo, da identidade, do imaginário. Trata-se portanto de uma luta desigual: um intelectual público pouco pode diante da força do mundo pulsional. E, entretanto, como disse Freud certa vez: a voz do intelecto é baixa, mas não descansa enquanto não for ouvida.

ACM – Em seu último livro publicado, intitulado *O diálogo possível: por uma reconstrução do debate público brasileiro* (2022), você aponta para o problema da disfuncionalidade do debate público, ao tratar sobre a formação de blocos antagônicos, de lógicas de grupos e da polaridade política que permeiam a história do Brasil desde longa data, mas que se intensificaram na última década. Ao abordar caminhos possíveis para a resolução do problema, você propõe um movimento de “desalienação” e “desidentificação”. Apesar de defender o argumento de que o problema é de ordem mais afetiva do que intelectual, a seu ver, para além dos comportamentos, a falta de conhecimento da história do Brasil por parte da sociedade brasileira não seria, também, um dos elementos explicativos para a reprodução deste fenômeno? A alienação, ao invés de ser apenas relacionada ao narcisismo, não se explica, também, pela desigualdade social que atravessa o país e a falta de acesso ao conhecimento?

FB – Esses problemas estão interligados. Como explicar que a internet, hoje acessível à grande maioria da população brasileira, não tenha levado à formação de um debate público mais qualificado? Por que o cidadão hiperengajado de hoje não procura conhecer História do Brasil e outras disciplinas que o qualificariam melhor para a participação política? Para além das dificuldades objetivas da maioria das pessoas, o que explica esse fenômeno são as características das redes digitais, os famosos algoritmos, que orientam o comportamento cognitivo-afetivo da sociedade em rede. Muita gente escreveu sobre

isso, mas o livro que melhor descreve o modo como as redes digitais “programam a nossa mente e o nosso mundo” é *A máquina do caos*, de Max Fisher (o trecho sob aspas é o subtítulo da obra). As redes digitais programam as pessoas no sentido da produção de identidades fixas e entrenchadas, que se deixam alienar nos benefícios narcísicos que o pertencimento traz. Daí eu afirmar que o debate público precisa de doses maciças de desalienação e desidentificação. Seria preciso desativar a dinâmica pulsional, afetiva, imaginária, para que as pessoas pudessem adquirir uma margem cognitiva maior que as fizesse desejar *conhecer*, propriamente, em vez de *pertencer*. A luta, aqui, é contra o *modus operandi* das grandes plataformas da internet, que não se importam em degradar democracias do mundo todo, sob o alibi da liberdade de expressão. É preciso maior *accountability* e maior transparência por parte das plataformas, no mínimo.

ACM – Em seus últimos livros, você tem tratado sobre a potencialidade das mídias digitais e, sobretudo, das redes sociais, como importantes veículos de promoção do debate público e da democratização do conhecimento. Os intelectuais que têm ocupado estes espaços, incluindo você, podem desfrutar de amplo reconhecimento, mas também estão expostos às críticas e à chamada “cultura do cancelamento” quando abordam determinados temas? Vale lembrar do episódio ocorrido com a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, em 2020, que foi alvo de “cancelamento” após ter publicado uma matéria na *Folha de São Paulo* analisando o álbum *Black is king* da cantora Beyoncé, argumentando que o filme havia errado ao glamourizar a negritude, na forma como foi produzido. O seu livro *A vítima tem sempre razão? As lutas identitárias e sua articulação no novo espaço público brasileiro* (2017), do qual você falou amplamente nas mídias, também gerou diversas reações e críticas. Fale um pouco sobre essas críticas e o “cancelamento” ao qual está exposto o intelectual público.

FB – O cancelamento é uma forma do debate público característica da era das redes digitais, pelas razões que eu vinha falando: os algoritmos promovem a emotividade, os afetos de raiva, a formação de laços imaginários grupais; tudo isso, por sua vez, estreita quase completamente a margem de manobra cognitiva das pessoas, pois, viciadas nos prazeres narcísicos do grupo, elas não querem realmente conhecer a realidade, elas submetem a realidade aos interesses do grupo. O cancelamento é uma decorrência disso. Seja em sentido mais forte (quando o alvo sofre danos psicoemocionais duradouros, ameaças de violência física, ostracismo e prejuízos materiais, como perda de emprego), seja em sentido menos forte (uma onda intensa de críticas, à base de demonização moral, acarretando danos psicoemocionais entretanto passageiros, sem maiores prejuízos materiais e com possibilidade de reversão do ataque simbólico em algum tempo) – seja em que intensidade for, o cancelamento sempre é filho do dogmatismo, ou ao menos do reducionismo, de uma incapacidade de pensar de forma complexa, contemplando as perspectivas divergentes em questão. Se uma pessoa merece ser cancelada – isto é, destituída do debate público – é porque se considera que ela não

está *moralmente* qualificada para isso. Ocorre que as pessoas geralmente são canceladas por faltas menores, ou ao menos não tão graves a ponto de merecer uma punição tão forte. Pois para faltas muito graves há a justiça institucional. Pessoas são canceladas porque cometeram um delito de linguagem, porque não concordam com tal ou tal perspectiva do movimento negro, porque consideram que uma mulher trans não é uma mulher (mesmo se considerar que, como pessoa trans, deve merecer reconhecimento e todos os direitos), etc etc. Ora, só uma perspectiva da realidade muito dogmática, muito fechada nos ditames do próprio grupo, pode considerar que dissensos dessa ordem devem ser tomados como crimes morais simbolicamente inafiançáveis. Tudo isso, repito, é consequência do *modus operandi* das redes digitais.

ACM – A História do Tempo Presente e a História Pública têm se preocupado com essas questões, não apenas porque os historiadores que tecem análises sobre o presente vivido compartilham um mesmo espaço-tempo com os sujeitos dos quais tratam, e esses sujeitos podem, assim, vir a questioná-los sobre suas interpretações, mas também porque existem implicações éticas em relação aos assuntos abordados e na forma como são abordados. A partir de sua experiência, o que você diria para os historiadores em formação que têm feito parte dessa geração digital e que têm buscado adentrar nesse espaço público? Que problemas você já enfrentou ao expor seu posicionamento sobre determinado tema? Que críticas fizeram você repensar e mudar suas estratégias de comunicação? Que desafios enfrentou e enfrenta ao defender certas leituras? Afinal, que responsabilidades o intelectual público precisa ter, em termos éticos, quando assume o papel de mediador da construção de conhecimento e de formador de opinião pública?

FB – Entendo que a maior tentação do intelectual público – é o que pode comprometer sua função – é a *adesão*. O filósofo Paulo Arantes definiu certa vez o intelectual como “aquele que não adere”. Considero que essa tentação do intelectual, entretanto, também se transformou nesses tempos digitais. Ao longo do século XX, o intelectual era atraído pelo poder do Estado. Ele traía sua função quando se tornava um ideólogo partidário ou um membro do governo, pois então perdia a liberdade crítica, em nome do poder e suas benesses imaginárias e materiais. Veja, não estou a dizer que um intelectual deve sempre se recusar a participar de um governo (eu mesmo fui presidente da Funarte sob o governo Dilma Rousseff). Mas, enquanto participa de um governo, ele em alguma medida deixa de ser um intelectual público, pois perdeu sua liberdade de criticar. Um intelectual público deve criticar quaisquer argumentos, premissas, métodos, que lhe parecerem criticáveis, venham de onde vierem, do campo político adversário ou do seu próprio campo. Talvez seja mesmo mais importante até poder criticar o próprio campo, para impedir que suas ideias se cristalizem demais. Pois bem, se a tentação que impedia isso era, ao longo do século XX, a do poder de Estado – hoje é a da lógica de grupos nas redes digitais. Vejo com frequência intelectuais públicos aderirem completamente a uma identidade de grupo, participarem de cancelamentos, adotarem

uma retórica apelativa, demonizarem perspectivas do campo adversário. No meu modo de ver, esses intelectuais estão confundindo o seu papel com o de militantes (militantes de movimentos e causas sociais, mais que de partidos). São duas funções importantes, e que até admitem interseções, mas que não deveriam se confundir. Portanto, tentando explicitar a resposta ao cerne da sua pergunta: penso que intelectuais devem se manter em posição de liberdade de crítica a qualquer indivíduo, qualquer grupo, qualquer movimento, qualquer ideologia. Contudo, se, ao longo do século XX, regimes não democráticos ameaçavam essa liberdade dos intelectuais com a prisão, o exílio, ou mesmo o assassinato; hoje em dia é a prática do cancelamento que ameaça a liberdade do intelectual, que se sente intimidado diante da possibilidade do assassinato simbólico, da expulsão do grupo, do ostracismo.

ACM – Uma das questões que mais causa polêmica acerca da História Pública, é que o movimento tem apontado que os historiadores não são os únicos detentores do conhecimento histórico, mas que compartilham com outros sujeitos, formados academicamente ou não, a autoridade do conhecimento histórico. O discurso histórico científico seria apenas um entre tantos outros presentes no espaço público, não sendo caracterizado como melhor ou pior do que os demais, mas ainda assim possuindo suas especificidades e não podendo ser banalizado como mera opinião, porque estruturado a partir de moldes científicos. Alguns historiadores que não necessariamente se incluem nessa voga chamada História Pública apontam uma preocupação sobre isso, que é a de que por conta desse compartilhamento da autoridade, qualquer pessoa possa falar sobre a História e da forma como quiser. Essa ideia de compartilhamento da autoridade também traz sérias reflexões sobre a profissionalização da História que somente muito recentemente foi, de fato, efetivada, após um complicado enfrentamento com o governo Bolsonaro e seu projeto de desmonte da ciência no Brasil, que impactou de forma direta a área das Ciências Humanas. Nesse processo, os historiadores precisaram e ainda precisam afirmar a especificidade e a importância de seu ofício. Qual sua opinião sobre isso? Você acha que para tecer discursos relevantes e que mereçam atenção do público, a formação acadêmica é indispensável ou a experiência de alguns sujeitos se coloca como fundamental? Há intelectuais capacitados no espaço público, que não são formados pela academia mas que, ainda assim, oferecem leituras relevantes? Afinal de contas, o que caracteriza um intelectual relevante para Francisco Bosco? Afinal, há intelectuais e intelectuais...

FB – Não considero que a formação acadêmica seja condição imprescindível para a legitimidade de um intelectual público. Um intelectual público se autoriza a falar, e ninguém pode retirar a sua legitimidade. O que se pode e se deve fazer, sempre, é examinar seus argumentos, debatê-los, criticá-los. Se forem frágeis, não será um intelectual respeitado por seus pares, mesmo que seja admirado por um público menos preparado e mais amplo. Dito isso, considero que a figura do intelectual público não

se confunde com a do “formador de opinião”, ou, como se diz no mundo digital, “do *influencer*”. Há hoje pessoas com milhões, dezenas de milhões de seguidores, que se posicionam politicamente e têm enorme influência na formação de mentalidades. Mas nem por isso podem ser consideradas intelectuais públicos. Pois para isso é preciso antes de tudo ser um intelectual, isto é, alguém que dedica a sua vida aos estudos, ao trabalho paciente do conceito, à exatidão semântica, ao exame rigoroso de argumentos, à história das ideias etc.

ACM – Gostaria que você falasse sobre a questão do público para quem você se destina. Há também, no interior dos debates sobre a História Pública e seus diferentes projetos e formas de incidir no espaço público, uma preocupação sobre quem é o público alvo que se quer atingir com determinado projeto, conteúdo e veículo. Quem é o público que lê, escuta e assiste Chico Bosco? Você fala para um público específico? Quais as estratégias desenvolvidas para o diálogo com seus interlocutores?

FB – Há duas maneiras de abordar esse problema do público: uma empírica, outra, digamos, essencial. De uma perspectiva empírica, eu penso que costumo falar tanto para um público mais especializado (estudantes universitários, professores universitários, intelectuais públicos) quanto para um público não intelectual, embora minimamente letrado (não atinjo extratos mais populares). Naturalmente, corro sempre o risco de decepcionar ambos: o leitor mais especializado pode considerar que minhas intervenções têm baixa densidade conceitual, pouca consequência para a discussão dos campos que abordo, nenhuma originalidade de formulação. E o público não intelectual pode, ao contrário, me achar difícil, denso demais, “pedante” (que é um adjetivo com que comumente as pessoas recalcam suas limitações projetando-as no outro). Mas há outra maneira de pensar essa questão do público. De uma perspectiva que chamei de “essencial” (*faute de mieux*), penso que todo escritor, seja artista ou intelectual, escreve *contra o Outro* e *para ninguém*. O *Outro*, em sentido lacaniano, é o conjunto de representações da cultura, isto é, aquilo que um escritor, para ser original, deve conseguir, em alguma medida, superar. E *ninguém* é qualquer um, todos, mas de uma perspectiva não sociológica, não empírica. Qualquer pessoa pode, essencialmente, ler um livro. Empiricamente, sociologicamente, só algumas podem.

ACM – A História do Tempo Presente pode ser considerada uma maneira de produzir conhecimento histórico que se preocupa em abordar o presente na densidade temporal, ou seja, que trate das estruturas e conjunturas que fazem do presente o que ele é. Apesar de não ser um historiador, em *O diálogo possível* você fez um pouco esse exercício. Você fala que buscou abordar o tempo recente, mas que ele possui várias temporalidades e camadas. Poderia falar um pouco sobre essa sua operação intelectual na abordagem do presente brasileiro? Como você abordou a questão temporal?

FB – Me permita terminar, então, com uma pequena homenagem a essa conversa, em que aprendi um pouco sobre História Pública e tive a oportunidade e o prazer de construir alguns argumentos: eu não poderia responder a essa pergunta com uma formulação melhor do que essa que você acaba de apresentar: procurei “abordar o presente na sua densidade temporal”.

ACM – Obrigada, Francisco. Foi uma rica conversa.

Referências

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Org.). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 7-19.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. Introdução: Que história pública queremos? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Viviane Borges. (Org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 9-13.

NASCIMENTO, Débora. “Está todo mundo com medo e pensar fora da lógica de grupo”. *Continente*, Recife, 5 out. 2022. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/262/resta-todo-mundo-com-medo-de-pensar-fora-da-logica-de-grupor>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Viviane Borges; RODRIGUES, Rogério. Rosa. O devir público da história no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas. *Canoa do Tempo*, v. 12, n. 1, p. 13-38, 2020.

Fonte oral

MUCCI, Francisco de Castro [47 anos]. [maio 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Machado. Via e-mail. Perguntas enviadas em 9 de maio de 2023. Retorno com as respostas em 21 de maio de 2023.

Recebido em 02/10/2023

Versão final reapresentada em 29/10/2023

Aprovado em 30/10/2023

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflito de interesses: nada a declarar.